



Enchentes no Brasil e a Responsabilidade Estatal diante da Intensificação da Crise Climática

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Isabelle Caroline De Souza Cassiano

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As enchentes têm se tornado cada vez mais frequentes e devastadoras no Brasil, evidenciando a intensificação dos eventos climáticos extremos em um cenário de crise ambiental global. Episódios recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 e na Bahia em anos anteriores, demonstram não apenas a força da natureza, mas também a vulnerabilidade estrutural das cidades brasileiras. A ocupação desordenada do solo, a precariedade da infraestrutura urbana e a ausência de planejamento eficaz ampliam significativamente os danos causados pelas chuvas intensas. Nesse contexto, as mudanças climáticas atuam como fator multiplicador de riscos, exigindo respostas institucionais mais robustas. O Direito assume papel central ao lidar com a responsabilidade estatal, a efetividade das políticas públicas e a proteção de direitos fundamentais.

Objetivo

Analisar as enchentes no Brasil à luz do Direito, com foco na responsabilidade do Estado diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e na necessidade de políticas públicas eficazes e socialmente justas.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em doutrina jurídica e análise de normas ambientais brasileiras, com destaque para a Constituição Federal e legislações correlatas. Foram utilizados dados recentes sobre enchentes no Brasil, incluindo eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e na Bahia, permitindo uma abordagem contextualizada e atual. Adotou-se método qualitativo e dedutivo, buscando relacionar os impactos dos desastres com a atuação estatal. Também foram examinadas decisões judiciais e posicionamentos institucionais relevantes, especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a fim de compreender o papel do Judiciário na efetivação de direitos fundamentais frente à crise climática.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as enchentes no Brasil resultam da combinação entre eventos climáticos intensificados e falhas estruturais persistentes. Casos como o do Rio Grande do Sul evidenciam a incapacidade do poder público de antecipar riscos e implementar medidas preventivas eficazes. Observou-se que, embora o país disponha de um arcabouço jurídico ambiental relativamente avançado, sua aplicação prática é limitada por omissões

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



administrativas e falta de coordenação entre os entes federativos. A atuação do Judiciário tem ganhado destaque ao exigir maior comprometimento estatal, reforçando a ideia de que a crise climática também é uma questão jurídica. Além disso, os impactos das enchentes atingem de forma desigual populações vulneráveis, o que evidencia a necessidade de incorporação da justiça climática nas políticas públicas. Torna-se essencial avançar da resposta emergencial para estratégias estruturais de adaptação e prevenção.

Conclusão

Conclui-se que o enfrentamento das enchentes no Brasil depende de uma atuação estatal mais eficiente, preventiva e integrada. O Direito deve ser instrumento de transformação, promovendo a responsabilização do poder público e garantindo políticas que considerem a dimensão social da crise climática.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).

IPCC. Relatórios de Avaliação sobre Mudanças Climáticas.

MARENGO, José A. Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil.

Relatórios técnicos sobre enchentes no Rio Grande do Sul e na Bahia e artigos científicos sobre gestão de desastres.